RITOS GENÉTICOS EDITORIAIS: O REVISOR DE TEXTOS CIRCUNSCRITO NA DICOTOMIA LEITURA E AUTORIA

EDITORIAL GENETIC RITES: THE TEXT REVISER CIRCUMSCRIBED IN THE DICHOTOMY READING AND AUTHORSHIP

Letícia Moreira Clares[1]

RESUMO: Este artigo é um recorte da pesquisa de Iniciação Científica "A interface material impresso e audiolivro: o lugar do revisor de textos nos processos editoriais envolvidos", desenvolvida no âmbito da UFSCar e do Grupo de Pesquisa COMUNICA — Reflexões Linguísticas sobre Comunicação. Tomando como objeto de análise a versão impressa, o roteiro de adaptação textual e o audiolivro do material didático *Reflexões sobre o fazer docente*[2], investigaremos o modo como as circunscrições do revisor de textos o situam na correlação leitura e autoria.
Palavras-chave: ritos genéticos editoriais; tratamento editorial de textos; revisor de textos.
ABSTRACT: This article refers to Undergraduate Research "The relationship of printed material and audiobook: the text reviser spot on the editorial procedures involved" developed at UFSCar's extent and the Research Group COMUNICA — Linguistic Reflections on Communication. Taking the printed version, the script of textual adaptation and the audiobook of the didactic material *Reflexões sobre o fazer docente* as the objects of analysis, it is proposed an investigation on how the text reviser circumscriptions situate in the correlation of reading and authorship.
Keywords: editorial genetic rites; editorial treatment of texts; text reviser.

1. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Pretendemos, neste artigo, expor algumas das reflexões suscitadas em uma pesquisa de Iniciação Científica desenvolvida no Departamento de Letras da

[1] Graduanda em Linguística, bacharelado, Universidade Federal de São Carlos, UFSCar.
[2] Cf. Reali & Reyes (2009).

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)[3], na qual nos propomos a analisar, a partir do lugar discursivo do revisor de textos, como se dão as manobras linguístico-discursivas específicas de cada um dos processos de tratamento editorial de textos adotados pela Secretaria Geral de Educação a Distância da universidade (SEaD-UFSCar), focalizando, sobretudo, o modo como as circunscrições do revisor enquanto *coenunciador editorial* (SALGADO & MUNIZ Jr., 2011) o situam na dicotomia leitura e autoria.

Este trabalho se delineou a partir do propósito de observarmos mais de perto as questões que circundam as práticas de revisão de textos, etapa do que se entende como tratamento editorial, o que entendemos também como uma forma de desestigmatizar a figura do revisor, profissional responsável por essa etapa. Determinamos como *corpus* a versão impressa, o roteiro de adaptação textual e o audiolivro do material didático *Reflexões sobre o fazer docente*, formulado para o curso de graduação a distância de Licenciatura em Pedagogia da UFSCar. Ancoradas no método descritivo-interpretativo da Análise do Discurso de linha francesa[4], mobilizamos os conceitos de *ritos genéticos editoriais* (SALGADO, 2011) e *regimes de genericidade* e *mídium* (MAINGUENEAU, 2004; 2006).

Considerando o cenário atual em que se insere a relação do homem com os livros, no qual o desenvolvimento tecnológico dinâmico que temos vivenciado

---

[3] Cf. Clares (2013).

[4] Na Análise do Discurso de linha francesa "o problema principal é determinar nas práticas de análise de discurso o lugar e o momento da interpretação, em relação aos da descrição: dizer que não se trata de duas fases sucessivas, mas de uma alternância ou de um batimento, não implica que a descrição e a interpretação sejam condenadas a se entremisturar no indiscernível. Por outro lado, dizer que toda descrição abre sobre a interpretação não é necessariamente supor que ela abre sobre 'não importa o quê': a descrição de um enunciado ou de uma sequência coloca necessariamente em jogo (através da detecção de lugares vazios, de elipses, de negações e interrogações, múltiplas formas de discurso relatado...) o discurso-outro como espaço virtual de leitura desse enunciado ou dessa sequência. Esse discurso-outro, enquanto presença virtual na materialidade descritível da sequência, marca, do interior dessa materialidade, a insistência do outro como lei do próprio espaço social e da memória histórica, logo como o próprio princípio do real sócio-histórico. E é nisso que se justifica o

proporcionou o surgimento de novas formas de produção e circulação desses objetos, podemos compreender por que a indústria livreira tem vivido uma ampliação de suas possibilidades de mercado, visto que atende a um público que não consome mais apenas livros no formato códex, mas também nos digitais (audiolivros, *e-books*), graças às propostas atraentes, segundo Procópio (2010), que os dispositivos de leitura (computadores, *tablets*, celulares) têm oferecido — a portabilidade, por exemplo. Esse cenário, porém, tem provocado no mercado editorial brasileiro a expansão algumas vezes meramente reprodutiva de suas práticas, o que revela a necessidade premente de (re)pensar certas etapas editoriais e a relação destas com os chamados profissionais do texto. Mas o que é esse mercado? Quem são os profissionais a seu serviço? Tomamos a noção de mercado editorial como *instituição discursiva*, assim explicitada por Dominique Maingueneau:

> O conceito de instituição permite acentuar as complexas mediações nos termos das quais a literatura é instituída como prática relativamente autônoma. Os escritores produzem obras, mas escritores e obras são, num dado sentido, produzidos eles mesmos por todo um complexo institucional de práticas. Deve-se, assim, atribuir todo o peso à instituição discursiva, expressão que combina inextricavelmente a instituição como ação de estabelecer, processo de construção legítima, e a instituição no sentido comum de organização de práticas e aparelhos (MAINGUENEAU, 2006, p. 53).

Assim, considerando essa relação de práticas sociais e ambiente constitutivo, e pensando que participam desse mercado "todas as discursividades que nele se produzem e que assim o sustêm" (SALGADO, 2011, p. 43), ou seja, todas as práticas e indivíduos que geram esse espaço, nós o compreendemos como um conjunto de práticas que estabelecem relações de força, isto é, práticas que resultam da conjugação de normas e técnicas constituintes daquilo que Roger Chartier (1999) refere como *a ordem dos livros*.

---

termo de disciplina de interpretação, empregado aqui a propósito das disciplinas que trabalham nesse registro" (PÊCHEUX, 2002, p. 54-55).

Quanto aos profissionais do texto, são diversos os atores envolvidos diretamente com esse mercado (editor, copidesque, revisor, diagramador, ilustrador, tradutor, etc.), trabalhando para que os textos possam circular socialmente e atingir o público e as funções às quais se destinam, mas é do revisor (e, de maneira mais específica, do seu lugar prático) que trataremos nesta discussão.

2. O REVISOR DE TEXTOS — UM LUGAR AO SOL

Parece simples pensarmos em um profissional que lida com o texto dos outros, buscando em sua leitura apontar deslizes de autores desatentos, afinal, o termo *revisão* parece ser entendido simplesmente como a correção daquilo que está gramaticalmente errado nos textos e a adequação de sua linguagem às regras pré-estabelecidas por manuais de normalização. Contudo, o trabalho dos profissionais do texto é bem mais minucioso e, segundo Yamazaki (2007), deve basear-se fundamentalmente na busca pela legibilidade, a qual só será alcançada se

> [...] as intervenções propriamente editoriais se realizam não [apenas] na ortografia, na grafia ou na pontuação do texto, mas nas escolhas feitas em razão dos públicos visados e que comandam as decisões quanto ao formato, ao papel, aos caracteres, à presença ou não de ilustrações [etc.] (CHARTIER, 2002, p. 68).

A função social desses profissionais se complexifica ao considerarmos o universo no qual seu ofício emerge: há um contexto que envolve sujeitos e questões institucionais que não podem ser desconsiderados no tratamento dos textos. Em casos como o estudado nesta pesquisa (um material didático produzido na SEaD-UFSCar), existem as normas impostas pela casa editora, associadas ou muitas vezes em oposição àquelas estabelecidas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas); os superiores a quem deve ser feita a prestação de contas de cada trabalho; o autor, que muitas vezes coincide com cargos titulados (titulações acadêmicas,

profissionais); o leitor e suas especificidades; e a própria instituição, a qual sedia toda essa tramitação e associa seu nome aos resultados obtidos no trabalho. Todos esses pontos têm influência direta sobre o trabalho do revisor, na medida em que tecem os caminhos que podem/devem ou não ser percorridos por ele durante o manejo dos textos, mas é em meio às figuras de autor e leitor que ele se coloca de maneira mais explícita. Isso porque, em seu trabalho, é indispensável que tenha essa visão dos lugares de autoria e leitura, indissociáveis e complementares quando pensamos na construção dos sentidos dos textos. De início, pode parecer que esses sentidos estão sempre presos somente ao autor, mas, de fato, é na e pela leitura que os textos realmente significam. De Certeau (2004) mostra-nos que o leitor não é pura recepção e passividade, mas, ao contrário, é quem produz os sentidos dos textos que lê:

> Se, portanto, "o livro é um efeito (uma construção) do leitor", deve-se considerar a operação deste último como uma espécie de *lectio*, produção própria do "leitor". Este não toma nem o lugar do autor nem um lugar de autor. Inventa nos textos outra coisa que não a "intenção" deles. Destaca-os de sua origem (perdida ou acessória). Combina os seus fragmentos e cria algo não-sabido no espaço organizado por sua capacidade de permitir uma pluralidade indefinida de significações (DE CERTEAU, 2004, p. 264-265).

Assim, faz todo o sentido que o revisor experimente o lugar de leitor, para que possa perceber em cada palavra e construção características que identifiquem ou não algumas das possibilidades de leitura do público ao qual o texto se destina, adequando esse texto ao meio em que se pretende que circule. Porém, ainda que haja essa "pluralidade indefinida de significações" (DE CERTEAU, 2004, p. 264-265), é possível traçar caminhos mais ou menos "autorizados" a partir dos propósitos do autor diante de seu texto, motivo pelo qual faz todo o sentido, também, que esse leitor profissional se coloque no lugar de autor, afinal, a autoria depende da leitura, mas a recíproca também é verdadeira, não havendo nessa relação uma hierarquia piramidal, mas uma dicotomia, uma correlação.

Nessa dicotomia autoria e leitura se instaura um dilema: e o revisor, onde fica? Qual é o lugar desse profissional que se situa ora na produção, ora na recepção dos textos? Parece difícil situar com exatidão esse lugar, mesmo porque o próprio nome *revisor de textos* é instável e suas tarefas mal definidas. Muniz Jr. (2010) fala dessa instabilidade e tenta situar um lugar prático do revisor na atividade de intervenção nos textos:

> Em geral, designa-se revisor o profissional que intervém nas fases finais do processo, com o objetivo de eliminar problemas textuais (padrões editoriais e gramaticais, por exemplo) e visuais (decorrentes de lapsos de diagramação) ainda pendentes. Nesse caso, o ideal é que as correções de caráter mais sistêmico (estrutura de títulos e subtítulos, reescritura de trechos, esclarecimentos factuais) tenham sido feitas em fases anteriores do processo, como a edição e a preparação do original.
> A terminologia de fases e funções não é consensual: não raro, denomina-se numa editora "revisão" o que em outra se diz ser "preparação" ou "edição" (MUNIZ Jr., 2010, p. 271).

Em meio a essa inconstância nas denominações e funções desse profissional, Muniz Jr., assim como Yamazaki (2007), comenta, ainda, a tendência à multifuncionalidade provocada pelas condições de trabalho no mercado editorial brasileiro:

> [...] com as novas formas de organização da produção, as atribuições se tornam mais fluidas, e o profissional da área converte-se em um trabalhador flexível, multitarefas. Não existe, portanto, uma profissão para aqueles que "mexem no texto alheio": trata-se de uma atividade que permeia diversos níveis da produção e adquire contornos únicos de acordo com o coletivo de trabalho, o tipo de material produzido, etc (MUNIZ Jr., 2010, p. 272).

É curioso notar que mesmo na bibliografia especializada e tomada como referência na área (ARAÚJO, 2006 e HOUAISS, 1967 apud YAMAZAKI, 2007), a tentativa de esclarecer essa confusão de nomes e funções acaba por acentuar essa instabilidade, já que não há um consenso entre os autores, o que contribui para a

precarização do trabalho dos profissionais do texto. Mesmo que se entenda que sempre haverá variações e especificidades estabelecidas no cotidiano editorial, é importante que haja categorias de trabalho tão bem-definidas quanto possível para que, assim, as diferenças entre as práticas possam ficar mais visíveis e detalhadas, possibilitando a cada um desses profissionais (revisor, editor, copidesque, preparador, etc.) uma regularidade laboral que os distinga uns dos outros e defina suas condições de trabalho, sua remuneração, seu lugar no expediente editorial publicado, logo, suas responsabilidades no material que se publica.

Observando mais de perto o caso da SEaD, onde o revisor de textos é responsável pela preparação dos originais, pela revisão e conferência de provas, e também pela adaptação textual para audiolivro, fica difícil estabelecer os limites de atuação desse profissional, que intervém no texto em questões mais pontuais, estritamente linguísticas, até discursivas, discutindo com o autor trechos, títulos, subtítulos, ilustrações e mesmo a diagramação da obra. Nessa relação tão íntima com o autor, ou de "ocupação" desse lugar de autor, é tentadora a ideia de os compararmos no sentido de aproximá-los, chegando ao ponto de confundi-los e esquecermos que há a ocupação também — e na mesma medida — do lugar de leitor, sem a qual nenhuma das intervenções no texto autoral faria sentido. Muniz Jr. (2010) coloca o revisor em uma atividade de parasitagem:

> O que diferencia o revisor do autor e do leitor é que sua leitura-escrita, parasitária como não poderia deixar de ser, não funda uma discursividade, não o singulariza. Ele intervém no texto alheio com base em critérios subjetivos, mas não com a via da singularidade e do apoderamento. Eis o talento desse sujeito: abandonar a própria escrita para habitar a escrita do outro, que o domina (MUNIZ Jr., 2010, p. 286).

Ao mencionar essa "leitura-escrita parasitária", o autor considera que as atividades desse profissional se dão, sobretudo, no bojo da autoria, o que, pelas questões já mencionadas, talvez não seja exatamente o caso. O que percebemos no

desenvolvimento da pesquisa é que provavelmente não se trata de nomear um lugar para o revisor de textos, mas explicitar que esse lugar existe e é mesmo instável, e que a própria atividade de intervenção nos textos talvez só possa ser efetivamente realizada porque existe essa instabilidade: é necessário que o revisor esteja em movimento, entre a leitura e a autoria, ora aproximando-se, ora distanciando-se de uma e de outra, pois essa oscilação se mostra primordial na busca da legibilidade dos textos. Conforme se verá na análise a seguir,

> [...] essa triangulação autor/coenunciador editorial/leitor mostra-se bastante complexa, sobretudo se considerarmos que tais posições são, de certo modo, intercambiáveis: o coenunciador editorial, que opera sobre o texto ainda em etapa autoral, dá ao autor um distanciamento que lhe permite a experiência de um leitor de si, de modo que o leitor final — por definição, também um coenunciador a preencher as lacunas que todo texto lhe propõe — finalmente conclua um caminho de produção dos sentidos (SALGADO & MUNIZ Jr., 2011, p. 89).

Além disso, é preciso considerar também as questões institucionais relacionadas às práticas desse mercado, as quais pré-definem que o autor é aquele que escreve a obra, e o revisor aquele que o ajuda na tarefa de adequá-la para a circulação, não importando para a manutenção dessa relação o quão profundas sejam essas adequações.

Desse modo, se há mesmo uma relação de parasitagem, esta se dá não excepcionalmente na alçada da autoria, mas também na da leitura, já que esse movimento é bidirecional. Vejamos um exemplo de como esse movimento se dá em meio às circunscrições do revisor de textos no *corpus* analisado.

3. UM DADO

Para tentarmos apontar as circunscrições nas quais se delineia o lugar do revisor como coenunciador editorial, apresentamos um dos dados investigados em

cada versão do referido material, os quais foram organizados em três categorias (a fim de sistematizar as análises em grupos de recursos identificados como semelhantes), a saber:

Categoria A — recursos de menção: utilizados para referenciar autores e obras consultados; dados: citações e referências bibliográficas.

Categoria B — recursos de síntese e complemento: utilizados para complementar ou resumir informações trazidas no texto; dados: ilustrações (figuras, quadros e tabelas).

Categoria C — recursos de desdobramento: utilizados para apresentar informações complementares e/ou explicativas; dados: subtítulos e notas de rodapé.

Vejamos um exemplo de ilustração (categoria B):

MATERIAL IMPRESSO (MIZUKAMI et al., 2002, p. 18)

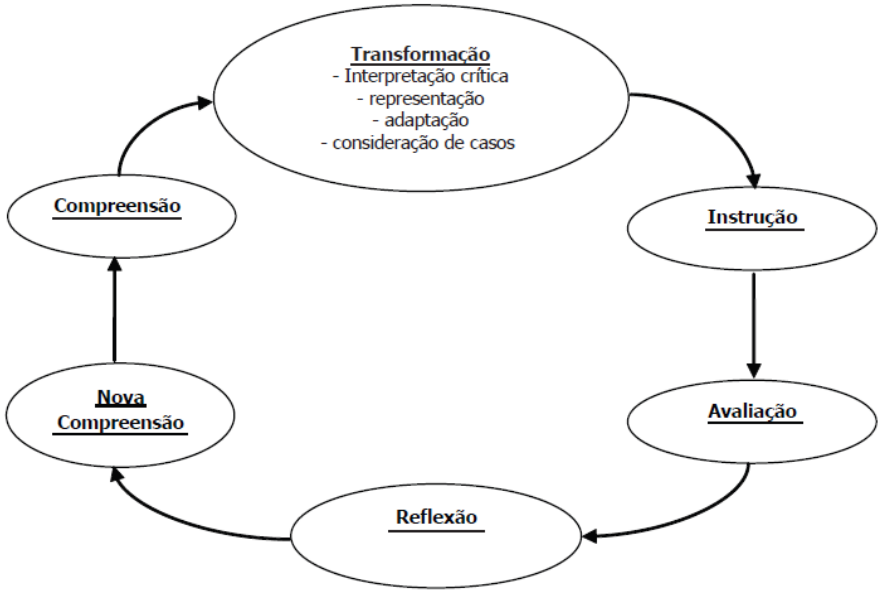

Figura 1 Modelo de Raciocínio Pedagógico (WILSON, SHULMAN & RICHERT, 1987, p. 119 *apud* MIZUKAMI et al., 2002).

ROTEIRO (TEXTO, 2012, p. 18-19)[5]

VINHETA **2**

[. . . . . Audiodescrição · Figura 1 . . . . .]

Narrador [João]

Figura um// *Modelo de raciocínio pedagógico*// *de Wilson* [Uílsãn]/ *Shulman* [Xúlman] *e Richert* [Rwixêr]/ *Mil novecentos e oitenta e sete*/ *página cento e dezenove*// *Retirada da obra Escola e aprendizagem da docência*/ *processos de investigação e formação/ de Maria da Graça Nicoletti Mizukami*/ *Dois mil e dois*//

Narrador [João]

A compreensão *seria o primeiro elemento*// Ele corresponde à compreensão crítica do professor em relação ao conjunto de ideias a serem ensinadas// Incluem-se aí as relações entre// o tópico específico que será tratado/ outros conceitos dentro de uma área/ assim como conceitos de outras áreas//

Ligando-se diretamente à compreensão/ temos a transformação// Esta envolve subprocessos que/ em conjunto/ produzem um plano de estratégias para uma aula/ unidade ou curso// São eles// interpretação crítica/ representação/ adaptação e consideração de casos//

A instrução *vem em seguida*// Este elemento refere-se ao desempenho observável do professor e envolve o manejo de classe/ as formas de lidar com grupos de alunos/ a

[5] Os recursos gráficos adotados no roteiro indicam ao(s) narrador(es) do que trata cada parte do texto adaptado. Com base na legenda que consta no próprio roteiro, temos: roxo, negrito, entre colchetes — marcação das audiodescrições; verde, negrito, alinhado à direita — marcação do narrador; azul, itálico — marcação de trecho inserido ou sugerido; rosa, normal, entre colchetes — indicação da pronúncia de nomes; preto, sublinhado — indicação de ênfase na leitura de palavra ou

dosagem do conteúdo/ a coordenação das atividades/ explicações/ questionamentos/ discussões/ etc//

A avaliação é o processo que ocorre durante e após a instrução/ tanto de modo informal/ como ao checar compreensões ou possíveis dúvidas e equívocos dos alunos/ quanto de modos mais formais de avaliação//

A reflexão consiste na avaliação que o professor faz de si próprio/ aprendendo a partir da experiência//

Fechando o ciclo temos o elo denominado nova compreensão// que refere-se a um entendimento enriquecido/ com maior consciência de todos os demais elementos citados/ bem como os elementos que compõem a base de conhecimento para o ensino//
Todos os itens que citamos se ligam de modo contínuo// *Logo*/ *após o elemento da nova compreensão*/ *temos novamente a compreensão*/ *a transformação*/ *e assim por diante*//

[. . . . . Fim da Audiodescrição · Figura 1 . . . . .]

AUDIOLIVRO (AUDIOLIVRO, 2013, 19min:19s, faixa 3)

Audiodescrição narrada conforme consta no roteiro, com o acréscimo de uma vinheta final.

---

expressão de destaque no trecho; barra inclinada simples — indicação de pausa breve (vírgula); barra inclinada dupla — indicação de pausa longa (ponto final).

Nesse caso, temos uma figura que funciona como síntese de informações trazidas no trecho que a antecede, e por isso é apresentada de maneira simples e direta, organizando essas informações em um ciclo justamente para ilustrar o que já foi dito anteriormente, e destrinchando as informações que constam na legenda, as quais situam o leitor/ouvinte quanto à fonte dessa ilustração. No roteiro, notamos que ela não foi apenas adaptada, mas audiodescrita, processo pelo qual o revisor sistematizou as informações de conteúdo contidas no trecho que a antecedia no impresso, inserindo-as juntamente com as de caráter visual, como a ordenação cíclica observada no impresso (A compreensão *seria o primeiro elemento*; *Ligando-se diretamente à compreensão*/ temos a transformação). A inserção de uma vinheta antes da audiodescrição provavelmente tem a função de anunciar ao ouvinte que o que virá adiante é um recurso ilustrativo, o que é possivelmente uma técnica pensada pelo coenunciador editorial, já que no roteiro há indicação para as vinhetas, que são inclusive numeradas; ou pode se tratar de um auxílio ao qual recorreram os profissionais da equipe audiovisual durante a gravação do audiolivro em estúdio, já que as vinhetas que aparecem após as audiodescrições não estão previstas no roteiro, o que, por sua vez, aponta a necessidade contínua de ajuste dos ritos genéticos editoriais[6], mesmo quando estes parecem tão bem-definidos.

É interessante notar esse processo de adaptação textual como um exemplo de atuação do revisor sobre o texto: como a audiodescrição da figura requer intervenções de diversas ordens, exige que o profissional alterne as instâncias de autoria e leitura — ele se coloca no lugar de autor para reorganizar o conteúdo contido no impresso, tentando identificar a maneira mais "autorizada" para isso, com base, por exemplo, na atenção ao estilo do autor e ao modo como este apresenta as informações da figura nos trechos que a antecedem, e, ainda, considerando o gênero discursivo ao qual

[6] Isto é, de todos os processos necessários no preparo de um original para publicação.

pertence o material[7]; e no lugar de leitor, para pensar as questões relativas à recepção dos textos, que envolvem, por exemplo, a transposição midiática do livro impresso para o audiolivro (do papel para o áudio)[8] e as implicações decorrentes desse processo, dentre elas a calibragem linguístico-discursiva que se faz necessária (a inserção das vinhetas, o detalhamento da legenda).

Importa destacar que o processo decisório da manobra focalizada, ainda que possa parecer excepcionalmente da ordem da autoria, é uma questão autoral pela qual, na verdade, não é o autor oficial da obra que vai responder: trata-se de uma decisão editorial do revisor, que, como coenunciador editorial, é autorizado a fazê-la por meio da ocupação do lugar de autor, decisão esta que o revisor toma inteiramente voltado para sua preocupação com o leitor, fim último da publicação, e, portanto, lugar ocupado na mesma medida. Nesse sentido, mais uma vez fica evidente a complexidade da relação autor/coenunciador editorial/leitor de que falam Salgado e Muniz Jr. (2011), a qual "[...] orienta (e reorienta) arranjos, e desse modo é que participa da composição (e das recomposições) dos projetos editoriais; e enfatiza, com isso, a condição coletiva, plural, heterogênea de toda autoria, que não comporta apenas o autor" (SALGADO, 2011, p. 161).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do dado trazido como exemplo dos caminhos de pesquisa desenvolvidos, esperamos ter mostrado o quão complexas e profundas são as

[7] Que, como texto didático, deve atender às particularidades desse gênero — que funciona, segundo Maingueneau (2004), em dado *regime de genericidade*, ou seja, organiza-se em determinado modo definido a partir de características discursivas menos ou mais estáveis —, as quais se tornam mais flexíveis se considerarmos o contexto de produção desse material: a modalidade de educação à distância e todas as possibilidades por ela oferecidas/exigidas. Para detalhamentos, cf. Clares (2013).

[8] Traduzida no que Maingueneau (2006) chama de *mídium*, noção definida basicamente como o modo em que os textos vão circular e ser transmitidos, os meios e materiais em que se inscreve o material textual.

manobras de intervenção realizadas pelo coenunciador editorial — mesmo por que parece pertinente que seja pensado como um "co-enunciador", isto é, que participa da enunciação —, especialmente no caso da adaptação dos textos para a circulação em outras mídias, processo que exige desse profissional sensibilidade e, sobretudo, bom senso no momento de considerar os fatores inter/extralinguísticos que são constitutivos dos textos nos quais intervém. Podemos observar que os meios de circulação desses materiais provocam interferência direta nos ritos genéticos editoriais empregados, no sentido de delinearem as possibilidades de tratamento dos textos.

Estamos lidando com um universo no qual as práticas se dão pela conjugação de técnicas e normas estabelecidas no e pelo cotidiano dos próprios profissionais, o que revela um ambiente movediço e sujeito a constantes (e indispensáveis) mudanças de direção. Sendo assim, permanece a ideia de instabilidade do lugar do revisor, figura que por ora nos parece indissociável tanto do autor quanto do leitor, o que provavelmente possibilita que a atividade de intervenção nos textos seja efetivamente realizada. O revisor de textos/adaptador textual da SEaD-UFSCar (e cremos que todos os outros, de toda e qualquer instituição preparadora de textos que são destinados a circular publicamente) se vê, então, incumbido de uma tarefa árdua: ao ocupar o lugar de autor, deve preservar ao máximo o material tecido, seguindo em direção ao leitor/ouvinte e considerando que, apesar das diversas possibilidades de reinterpretação, que sempre serão encontradas pelo caminho, pode ser transmitido de maneiras mais ou menos "autorizadas"; e, ao ocupar o lugar de leitor/ouvinte, deve prezar fundamentalmente pela legibilidade dessa tessitura que assumirá a forma de texto e circulará pelo mundo.

REFERÊNCIAS

AUDIOLIVRO Reflexões sobre o fazer docente. Coleção Audiolivros. Adaptação de texto: PINO, D. H. P.; ISMAEL, L. G.; MEGA, R. A. Narração: GRASSI, B. S. S.; COELHO, F. L.; MAZEU, I. R.; JUSTI, J. E.;

CLARES, L. M.; SOUZA, L. R.; MORETI, M. L.; AMBRÓSIO, M. D.; YANAGIWARA, P. S.; MEGA, R. A.; VITAL, S. N. V.; HELENA, S. Produção: TEREZANI, J. T. Gravação, edição e mixagem: VASCONCELOS, E. G.; FREITAS, N. Arte gráfica: CAVALCANTI, I. Trilha sonora: GUEDES, D. Supervisão: PINO, D. H. P.; MAZEU, I. R.; AMBRÓSIO, M. D. Revisão: BENGTSON, C. G. Universidade Federal de São Carlos — UFSCar. Secretaria Geral de Educação a Distância — SEaD. São Carlos: EdUFSCar, 2013. 3 DVDs (168MIN). Realização: UFSCar; SEaD; CAPES; Ministério da Educação; Governo Federal.

CHARTIER, R. *A ordem dos livros:* leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Trad. Mary Del Priori. 2. ed. Brasília: UNB, 1999.

_____. "A mediação editorial". In: *Os desafios da escrita*. Trad. Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: Editora Unesp, 2002. p. 61-76.

CLARES, L. M. *A interface material impresso e audiolivro:* o lugar do revisor de textos nos processos editoriais envolvidos. Relatório de pesquisa. PUICT/UFSCar, protocolo nº 58/2012. São Carlos, 2013.

DE CERTEAU, M. "Ler: uma operação de caça". In: *A invenção do cotidiano:* artes de fazer. Trad. Ephraim Alves. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 259-273. v. 1.

MAINGUENEAU, D. "Diversidade dos gêneros de discurso". Trad. Emilia Lopes, Ida Machado e Renato Mello. In: MACHADO, I. M.; MELLO, R. (Orgs.). *Gêneros:* Reflexões em Análise do Discurso. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004. p. 43-58.

_____. *Discurso Literário*. Trad. Adail Sobral. São Paulo: Contexto, 2006.

MIZUKAMI, M. G. N. et al. *Escola e aprendizagem da docência:* processos de investigação e formação. São Carlos: EdUFSCar, 2002.

MUNIZ Jr., J. S. "Revisor, um maldito: questões para o trabalho e para a pesquisa". In: RIBEIRO; VILLELA; SOBRINHO; COURA; SILVA (Orgs.). *Leitura e escrita em movimento*. p. 269-289.

PÊCHEUX, M. *O discurso* — estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Orlandi. 3. ed. São Paulo: Pontes, 2002.

PROCÓPIO, E. *O livro na era digital:* o mercado editorial e as mídias digitais. São Paulo: Giz Editorial, 2010.

REALI, A. M. M. R.; REYES, C. R. *Reflexões sobre o fazer docente*. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

SALGADO, L. S. *Ritos genéticos editoriais:* autoria e textualização. São Paulo: ANNABLUME; Fapesp, 2011.

SALGADO, L. S.; MUNIZ Jr., J. S. "Da interlocução editorial: a presença do outro na atividade dos profissionais do texto". *Bakhtiniana.* São Paulo, v. 1, n. 5, p. 87-102, 1º semestre, 2011.

TEXTO adaptado para audiolivro. Coleção UAB-UFSCar. Reflexões sobre o fazer docente. Adaptação de PINO, D. H. P.; ISMAEL, L. G.; MEGA, R. A. Universidade Federal de São Carlos — UFSCar. Secretaria Geral de Educação a Distância — SEaD. São Carlos, 2012.

YAMAZAKI, C. “Editor de texto: quem é e o que faz”. In: XXX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 30, 2007, Santos. *Anais...* Santos: Intercom, 2007.